

**1/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I princípio da proporcionalidade é princípio implícito em nosso sistema constitucional podendo ser aplicado, inclusive, em relação aos direitos fundamentais
  - II princípio da proporcionalidade pode ser adotado como fundamento para declarar a inconstitucionalidade preceito normativo
  - III princípio da proporcionalidade é princípio expresso em nossa Constituição e diz respeito ao sistema eleitoral.
- a) nenhuma afirmação está inteiramente correta.
  - b) Apenas a afirmação I está inteiramente correta.
  - c) Apenas a afirmação I e II estão inteiramente corretas.
  - d) Apenas a afirmação III está inteiramente correta.

**Alternativa correta: C**

**2/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I Segundo a teoria da interpretação constitucional, as constituições escritas submetem-se ao método subjetivista de interpretação, enquanto que as constituições não escritas submetem-se objetivista
  - II ao interpretar a Constituição para aplicá-la a casos concretos *sub judice*, os órgãos do Poder Judiciário não devem levar em consideração a natureza política das normas constitucionais.
  - III o método de interpretação “conforme a Constituição” é aplicável no sistema brasileiro nos casos de inconstitucionalidade com redução de texto.
- a) nenhuma afirmação está inteiramente correta
  - b) apenas a afirmação I esta inteiramente correta.
  - c) apenas a afirmação II esta inteiramente correta.
  - d) apenas a afirmação III esta inteiramente correta.

**Alternativa correta: A**

**3/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

A Constituição de 1988 introduziu em nosso sistema constitucional as seguintes garantias de natureza processual, não previstas no sistema anterior:

- a) o mandado de injunção, o mandado de segurança coletivo e a ação de controle difuso de constitucionalidade;
- b) a ação de inconstitucionalidade por omissão, a ação direta ( representação) de inconstitucionalidade e a ação civil pública;
- c) o habeas-data, a ação declamatória de constitucionalidade e o habeas corpus contra autoridade delegada;
- d) nenhuma das alternativas anteriores está inteiramente correta.

**Alternativa correta: D – (Emenda n.º 3/93)**

**4/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Em face da disciplina dos direitos e garantias fundamentais prevista pela Constituição de 1988, está errado afirmar-se que:

- a) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata;
- b) os direitos e garantias expressos na Constituição não são os únicos assegurados constitucionalmente
- c) os direitos e garantias fundamentais são relativos e não absolutos, podendo, em certas circunstâncias, ser limitados pelo legislador ordinário.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

**Alternativa correta: D**

**5/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Relativamente aos órgãos da função jurisdicional e das funções essenciais à Justiça, a jurisprudências do Supremo Tribunal Federal inclina-se no sentido de considerar presente em nossa Constituição:

- a) o princípio do juiz natural, do promotor natural e do advogado natural.
- b) Princípio do juiz natural e do promotor natural.
- c) O princípio do juiz natural e do advogado natural.
- d) Apenas o princípio do juiz natural

**Alternativa correta: B**

**6/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta

I Seguindo a jurisprudência predominante no Supremo Tribunal Federal, a tutela constitucional do direito adquirido não impede a alteração do regime jurídico estabelecido em situações jurídicas cujos elementos de fato para a constituição do direito tenham iniciado, mas não estejam inteiramente concluídos quando do advento da nova norma.

II Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a tutela constitucional do ato jurídico perfeito não impede a alteração do direito positivo em matéria contratual, mas o novo regramento, mesmo fixado em norma de ordem pública, não pode comprometer os efeitos futuros de cláusulas contratuais anteriormente celebradas, relativamente à matéria confiada, à época do contrato, à autônoma estipulação dos contratantes.

III Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a tutela constitucional do ato jurídico e do direito adquirido aplica-se, de modo semelhante, a qualquer norma superveniente, independentemente de se tratar de norma de ordem pública, ou de direito público, ou cogente, ou norma de direito privado, ou dispositiva.

- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
- b) apenas as afirmações I e III estão inteiramente corretas;
- c) apenas a afirmação II está inteiramente correta;
- d) apenas a afirmação III está inteiramente correta;

**Alternativa correta: A**

**7/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Apontar a afirmação correta:

- a) da distribuição constitucional de competência legislativa decorre, como regra geral, a supremacia hierárquica da lei federal sobre a estadual, e desta sobre a lei municipal.
- b) A lei complementar pode ser de iniciativa do Presidente da República, pode ser objeto de delegação e pode ter sua matéria disciplinada em medida provisória;
- c) É vedada a aprovação de emenda constitucional na vigência de estado de defesa, salvo que diz respeito às chamadas “cláusulas pétreas”
- d) Nenhuma das alternativas anteriores está inteiramente correta.

**Alternativa correta: D**

**8/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Apontar a afirmação correta:

- a) a instituição de empréstimo compulsório depende de lei complementar, salvo nos casos de investimento público de caráter urgente, ou de calamidade pública, de guerra externa ou de sua iminência.
- b) Não se inclui no âmbito material da medida provisória a instituição de impostos sobre importação, exportação, renda e proventos de qualquer natureza e produtos industrializados.
- c) É inconstitucional a lei federal que institui isenção relativamente a tributos que digam respeito à propriedade territorial urbana, à transmissão de bens, à propriedade de veículos automotores, ou à prestação de serviços de transporte interestadual.
- d) À união é vedado instituir imposto sobre a renda e os serviços dos Estados; e ao Estado é vedada apropriar-se do valor do imposto de renda, incidente na fonte, relativo aos rendimentos por ele pagos aos seus servidores.

**Alternativa correta: C – art. 151, III**

**9/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I em nosso sistema constitucional, o controle difuso de constitucionalidade das leis está subordinado ao princípio da iniciativa, não podendo ser exercido de ofício.
- II em nosso sistema constitucional, as decisões definitivas de mérito, proferidas nas ações em que se exerce controle concentrado de constitucionalidade, têm eficácia “erga omnes”.
- III Considerando o princípio da legalidade, é vedado ao juiz de primeiro grau deixar de aplicar a lei ao fundamento de ser ela inconstitucional, salvo quando a vigência dela tenha sido suspensa pelo Senado Federal

- a) nenhuma afirmação está inteiramente correta;
- b) apenas a afirmação I está inteiramente correta;
- c) apenas a afirmação II esta inteiramente correta.
- d) apenas a afirmação III esta inteiramente correta.

**Alternativa correta: C**

**10/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta;

- I nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil rege-se, entre outros, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos e da igualdade entre os Estados, sendo objetivo explicitamente previsto na Constituição o da formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- II Constituem valor e objetivo expressamente referidos na Constituição o estabelecimento de “uma sociedade Fraterna” e a construção de “uma sociedade solidária”.
- III Constitui valor objetivo ou fundamento expressamente referidos no preâmbulo e nos princípios fundamentais da Constituição, a erradicação do “sectarismo ideológico”, a “busca do pleno emprego” e a “solução pacífica dos conflitos”.

- a) as três afirmações estão inteiramente corretas.
- b) Apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas;
- c) apenas a afirmação II esta inteiramente correta.
- d) apenas a afirmação I esta inteiramente correta.

**Alternativa correta: B**

**11/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Segundo os princípios fundamentais da Constituição é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem:

- a) como forma de Estado, a Federação; como forma de Governo, a República; como Poderes, a União, aos Estados e o Distrito Federal e os Municípios.
- b) Forma republicana de Estado; forma federativa de Governo; forma tripartida de divisão de poderes;
- c) Forma federativa de Estado; forma republicana de governo; e a eleição como forma de escolha dos integrantes dos poderes.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**Alternativa correta: D**

**12/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I É garantia constitucional e de que a desapropriação de bens imóveis esteja sujeita a justa indenização, que deve também ser prévia, mesmo em se tratando de desapropriação para fins de reforma agrária.
- II segundo a Constituição, o uso de bens imóveis particulares por autoridade pública pode, em certas circunstâncias, ser feito mediante indenização ulterior.

III segundo a Constituição, a cassação de direitos políticos é admissível, entre outros, em casos de improbidade administrativa e de condenação criminal transitada em julgado.

- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
- b) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas;
- c) apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas;
- d) apenas a afirmação I está inteiramente correta;

**Alternativa correta: B**

**13/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

I segundo a Constituição, a União pode intervir nos Estados ou no Distrito Federal, entre outros casos, para fins de prover a execução de decisão judicial, podendo tal intervenção se dar mediante requisição do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Eleitoral ou do Supremo Tribunal Federal.

II é Princípio constitucional absoluto o do duplo grau de jurisdição.

III É da competência dos juízes federais a execução de sentença estrangeira, após a devida homologação pelo Supremo Tribunal Federal, bem como, independentemente de homologação ou qualquer outra formalidade por parte de outro Tribunal, a execução de cartas rogatórias.

- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
- b) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas;
- c) apenas a afirmação I está inteiramente correta;
- d) apenas a afirmação II está inteiramente correta;

**Alternativa correta: C**

**14/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

I segundo a Constituição, a seguridade social tem por objetivos, entre outros, a universidade da cobertura e do atendimento e a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

II segundo a Constituição, a seguridade social será financiada mediante recursos provenientes, dentre outras fontes, de contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos.

III além dos previstos na Constituição, a lei ordinária poderá instituir novas contribuições sociais destinadas a financiar a seguridade social com base de cálculo ou fato gerador próprios dos impostos discriminados na Constituição, desde que com esses não-cumulativos.

- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
- b) apenas a afirmação I está inteiramente correta;
- c) apenas a afirmação II está inteiramente correta;
- d) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas;

**Alternativa correta: D**

**15/ 100 / VII Concurso/ Dir. Constitucional.**

Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. Constituem princípios da ordem econômica, entre outros, a soberania nacional, a livre concorrência e a defesa do meio ambiente.
- II. A política urbana tem como instrumento de realização, entre outros, o da possibilidade, em certas circunstâncias, de desapropriação de imóveis urbanos com pagamento, não em dinheiro, mas mediante títulos da dívida pública.
- III. Segundo a Constituição, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, importando responsabilidade da autoridade competente o não-oferecimento ou a sua oferta irregular pelo Poder Público.

- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
- b) apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas;
- c) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas;
- d) apenas a afirmação I está inteiramente correta;

**Alternativa correta: A**

**16/ 100 / VII Concurso/ Dir. Administrativo.**

Considerando que a criação de cargos públicos federais sempre depende de lei, a extinção de cargos públicos:

- a) também sempre depende de lei;
- b) não depende de lei, porque deriva unicamente do poder discricionário d Presidente;
- c) depende de lei apenas quando se trate de cargos da administração superior;
- d) depende de lei, exceto nos casos de extinção de cargos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

**Alternativa correta: A**

**17/ 100 / VII Concurso/ Dir. Administrativo.**

O SESC – Serviço Social do Comércio, pessoa jurídica de direito privado, querendo instalar em suas dependências no Estado de Rondônia em gabinete odontológico e um restaurante, realizou certame de licitação, previsto no seu Regulamento de Licitações, que foi impugnado por licitante classificado em segundo lugar, ao argumento de que a licitação não atenderá às regras da Lei 8666, de 21 de junho de 1993. Respondendo à impugnação, assinale a resposta correta.

- a) A impugnação é infundada porque o SESC não integra a Administração pública para nenhum efeito.
- b) A impugnação está adequada porque o SESC, recebendo recursos decorrentes de arrecadação pública, assume a natureza de ente paraestatal e sujeita-se, então, a controle administrativo.
- c) A impugnação é injustificada porque o SESC, embora ente paraestatal e integrando a Administração Pública em geral, tem regime administrativo próprio.
- d) A impugnação é justificada poruq o SESC tem natureza autárquica.

**Alternativa correta: B**

**18/ 100 / VII Concurso/ Dir. Administrativo.**

A Casa da Moeda do Brasil, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, tem seu quadro de pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas. À vista dessas circunstâncias, assinale a resposta correta:

- a) para a seleção de seus empregados, a CMB deve realizar concurso público de provas ou provas e títulos.
- b) Para a seleção de seus empregados, a CMB pode realizar previamente concurso público;
- c) A seleção dos empregados da CMB depende apenas do poder discricionário do seu administrador.
- d) Nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: A**

**19/ 100 / VII Concurso/ Dir. Administrativo.**

O Procurador-Geral da Fazenda Nacional declarou inexigível de licitação a realização da despesa de inscrição de Procuradores da Fazenda, no valor total de R\$ 13.000,00, nas “II Jornadas Brasileira de Direito Processual Civil”, promovidas por entidade particular. A decisão está correta porque:

- a) a inexigibilidade diz respeito à inviabilidade da competição;
- b) a inexigibilidade diz respeito à necessidade da despesa;
- c) a inexigibilidade diz respeito à inevitabilidade da despesa;
- d) a inexigibilidade diz respeito à insignificância da despesa;

**Alternativa correta: A**

**20/ 100 / VII Concurso/ Dir. Administrativo.**

Proprietário rural, antevendo a construção de rodovia sobre suas terras, reservou uma faixa de 70 metros de largura para a sua implantação e vendeu o restante para terceiro. Sobrevindo a desapropriação de uma faixa de 50 metros, o proprietário:

- a) tem direito a desapropriação do remanescente de 10 metros de cada lado da rodovia porque ficaram as tiras insuscetíveis de utilização;
- b) tem direito a indenização pela perda da utilidade econômica do remanescente, provocado por culpa exclusiva da entidade expropriante;
- c) não tem direito a indenização alguma porque a limitação administrativa existente sobre o remanescente é insuscetível de reparação;
- d) não tem direito a indenização, porque não pode, por sua exclusiva vontade, transformar uma área particular livre em área sujeita à desapropriação compulsória.

**Alternativa correta: D**

**21/ 100 / VII Concurso/ Dir. Administrativo.**

A nomeação de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça é um ato administrativo:

- a) complexo, porque exige para sua integração a manifestação de vontade de mais de um agente de poder.
- b) Coletivo, porque pode envolver a participação de mais de um agente de poder;
- c) Único ou simples, porque resulta da vontade predominante do Presidente da República;
- d) Composto ou misto, porque sujeito à verificação dos demais Poderes da República.

**Alternativa correta: A**

**22/ 100 / VII Concurso/ Dir. Administrativo.**

O titular de concessão de lavra, que vem a ter a exploração mineral proibida por ato da autoridade competente:

- a) não tem direito a indenização, porque não tem direito subjetivo à lavra mesmo sendo proprietário do solo;
- b) não tem direito à indenização, senão da jazida, porque a precariedade da concessão mineraria não dá direito subjetivo à exploração do subsolo.
- c) Tem direito à indenização da jazida, se detiver também a titularidade dos solo
- d) Não tem direito à indenização da jazida, porque é ela insuscetível de apropriação.

**Alternativa correta: D**

**23/ 100 / VII Concurso/ Dir. Administrativo.**

A Constituição dispõe que pode ser expropriada para fins de reforma agrária a propriedade rural que não esteja cumprindo sua função social. Se uma área de terra produtiva, de porte suficiente, estiver ocupada por “sem terras”, de modo que o proprietário não tenha podido removê-los por sua própria iniciativa:

- a) é caso de desapropriação, porque a ocupação por terceiros demonstra a ausência de aproveitamento compatível com as disposições legais;
- b) é caso típico de desapropriação para regularização da posse, independentemente do fato de o imóvel cumprir a sua função social;
- c) não é caso de desapropriação, porque o proprietário deixou de dar função social ao imóvel em razão de força maior;
- d) é caso de desapropriação porque o proprietário não tem a posse do imóvel.

**Alternativa correta: C**

**24/ 100 / VII Concurso/ Dir. Administrativo.**

A ação disciplinar, contra o servidor, prescreverá:

- a) em qualquer caso, em 5 anos da data do fato;
- b) em qualquer caso, em 2 anos da data do fato;
- c) em 5 anos, quanto as infrações puníveis com demissão, e, em 2 anos, quanto às puníveis com suspensão, contados ambos os prazos da data do fato;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: D**

**25/ 100 / VII Concurso/ Dir. Administrativo.**

O fornecimento de vale-refeição:

- a) não pode nunca ser contratado mediante licitação do tipo técnica e preço;
- b) pode, excepcionalmente, ser contratado mediante licitação do tipo técnica e preço;
- c) pode sempre ser contratado mediante licitação do tipo técnica e preço;
- d) deve, normalmente, ser contratado mediante licitação do tipo técnica e preço;

**Alternativa correta: A**

**26/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

A correção monetária, nos casos de repetição de indébito tributário, é calculada desde a data:

- a) da publicação da sentença;
- b) do trânsito em julgado da sentença;
- c) do pagamento indevido;
- d) da citação válida;

**Alternativa correta: C**

**27/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Não é contribuinte do ICMS a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade:

- a) importe mercadorias do exterior, ainda que as destine a consumo ou Ativo Permanente do estabelecimento;
- b) seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- c) Adquirir em licitação de mercadorias apreendidas ou abandonadas.
- d) Nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: D**

**28/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Considerar as seguintes afirmações e assinalar, adiante, a alternativa correta:

- I o prazo de prescrição, interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal, recomeça a fluir no dia em que o devedor deixar de cumprir o acordo celebrado.
- II o prazo de prescrição, interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal, recomeça a fluir no dia em que o devedor deixar de pagar dívida confessada.
- III o prazo de prescrição, interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal, recomeça a fluir no dia em que o devedor cumprir fora do prazo o acordo celebrado.
- IV o prazo de prescrição, interrompido pela confissão e parcelamento da dívida fiscal, recomeça a fluir no dia em que o devedor questionar a legitimidade do acordo celebrado.

- a) estão corretas apenas as afirmações I e III;
- b) estão corretas apenas as afirmações II e III;
- c) estão corretas apenas as afirmações I e IV;
- d) estão corretas todas as afirmações.

**Alternativa correta: D**

**29/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Considerar as seguintes afirmações e assinalar, adiante, a alternativa correta:

- I É ilegítima a instituição de taxa sobre a importação de papel destinado à impressão de jornais.
- II a isenção implicará crédito do ICMS para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes.
- III é ilegítima a instituição de impostos através de medida provisória;
- IV é vedado aos Estados instituírem impostos sobre as vendas de mercadorias realizadas pelas instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos de lei

- a) nenhuma das afirmações anteriores é correta;
- b) estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) estão corretas apenas as afirmações II e III;
- d) estão corretas apenas as afirmações I e IV;

**Alternativa correta: A**

**30/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

No âmbito do processo administrativo perante a Secretaria da Receita Federal, havendo diferença de conclusões entre soluções de consultas relativas a uma mesma matéria, fundada em idêntica norma jurídica, cabe:

- a) recurso extraordinário, sem efeito suspensivo, para o órgão superior, no prazo de 30 dias;
- b) recurso ordinário, com efeito suspensivo, para o órgão superior, no prazo de 15 dias;
- c) recurso especial, sem efeito suspensivo, para o órgão superior, no prazo de 30 dias;
- d) embargos, sem efeito suspensivo, para o órgão superior, no prazo de 20 dias.

**Alternativa correta: C**

**31/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Considerar as seguintes afirmações e assinalar, adiante, a alternativa correta:

- I o direito à compensação de tributos, nos termos do artigo 66, da Lei nº 8.383/91, pode ser exercido, de forma eficaz, por conta e risco do contribuinte, que se submete a ulterior verificação fiscal.
- II o contribuinte tem direito, por sua conta e risco, a fazer a compensação de tributos de natureza diversa, contanto que se submeta a ulterior verificação fiscal.
- III somente a lei em sentido estrito pode estabelecer a atualização do valor monetário da base de cálculo de tributo.

- a) está correta apenas a afirmação II;
- b) estão corretas apenas as afirmações I e II;
- c) estão corretas apenas as afirmações I e III
- d) está correta apenas a afirmação I.

**Alternativa correta: D**

**32/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Segundo o STF, na interpretação do alcance da imunidade, é possível entender-se que, além dos livros, jornais e periódicos, nela está incluído:

- a) apenas o papel de impressão;
- b) qualquer material indispensável à impressão;
- c) o papel de impressão e o papel fotográfico;
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas;

**Alternativa correta: C**

**33/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Contra o ato de inscrição de débito em dívida ativa, é cabível:

- a) ação de mandado de segurança;
- b) ação anulatória do ato declarativo da dívida, desde que precedida do depósito preparatório do valor principal do débito;
- c) ação anulatória do ato declarativo da dívida, desde que precedida de caução;
- d) ação de consignação em pagamento.

**Alternativa correta: A**

**34/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Sobre o fornecimento de energia elétrica é legítima a incidência:

- a) da contribuição sindical;
- b) do imposto sobre produtos industrializados;
- c) do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta;



**Alternativa correta: anulada**

**35/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Na hipótese de denúncia espontânea, realizada formalmente, com o devido recolhimento do tributo parceladamente, a teor do artigo 138 do CTN, sobre o valor do montante da dívida é:

- a) exigível somente a multa moratória;
- b) exigível a multa moratória e outros encargos;
- c) exigível a multa moratória e honorários;
- d) inexigível a multa de mora.

**Alternativa correta: D**

**36/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Na execução de obras de construção civil, o imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza incide sobre:

- a) o valor dos materiais empregados e da mão-de-obra;
- b) apenas sobre o valor dos materiais empregados no serviço;
- c) apenas sobre o preço do serviço;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**Alternativa correta: C**

**37/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de:

- a) sessenta dias, contados da data e que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa;
- b) trinta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa;
- c) quinze dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa;
- d) noventa dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecorrível na esfera administrativa.

**Alternativa correta: A**

**38/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Considera-se ocorrido o fato gerador do ICMS no momento:

- a) em que a mercadoria circular dentro dos limites do estabelecimento;
- b) da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular;
- c) da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, salvo quando para outro estabelecimento do mesmo titular;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**Alternativa correta: B**

**39/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Na ação de mandado de segurança em matéria tributária, indeferida a liminar em primeiro grau, cabe interpor junto à segunda instância:

- a) ação de mandado de segurança;
- b) agravo de instrumento;
- c) recurso de apelação;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**Alternativa correta: B**

**40/ 100 / VII Concurso/ Dir. Tributário.**

Norma estadual concedeu redução na base de cálculo do ICMS, de 80%. Em razão do abatimento, proibiu-se o crédito do imposto pago, de 20%. Em vista dessa colocação é:

- a) legítima a proibição;
- b) ilegítima a proibição quanto ao crédito dos 20% face ao princípio da não-cumulatividade;

- c) ilegítima a proibição porque o contribuinte tem direito ao crédito calculado sobre 100% da base de cálculo;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**Alternativa correta: B**

**41/ 100 / VII Concurso/ Dir. Penal.**

O princípio da *adequação social* constitui causa de exclusão da:

- a) punibilidade;
- b) culpabilidade;
- c) tipicidade;
- d) imputabilidade psíquica;

**Alternativa correta: C**

**42/ 100 / VII Concurso/ Dir. Penal.**

Restrições ético-sociais à legítima defesa existem:

- a) se a agressão é provocada pela própria vítima;
- b) se a agressão tem significado relevante;
- c) se a agressão não resultar de uma especial relação de garante;
- d) nenhuma das alternativas é correta;

**Alternativa correta: A**

**43/ 100 / VII Concurso/ Dir. Penal.**

A lesiona B numa briga, levando-o ao hospital onde este se nega a receber transfusão de sangue por crença religiosa, o que causa sua morte A deve ser:

- a) condenado por homicídio simples;
- b) condenado por homicídio culposo;
- c) condenado por lesão seguida de morte ( CP. Art. 129, par. 3º );
- d) condenado apenas por lesão corporal.

**Alternativa correta: D**

**44/ 100 / VII Concurso/ Dir. Penal.**

Somente o Código Penal brasileiro, o crime de receptação tem como elemento subjetivo somente:

- a) o dolo direto;
- b) o dolo direto e o dolo eventual;
- c) o dolo direto e a culpa;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: D**

**45/ 100 / VII Concurso/ Dir. Penal.**

O comprador de um produto, para exclusivo consumo seu, que sabe ser o mesmo objeto de descaminho, pratica o crime de:

- a) descaminho;
- b) contrabando;
- c) receptação;
- d) favorecimento real.

**Alternativa correta: C**

**46/ 100 / VII Concurso/ Dir. Penal.**

Segundo a jurisprudência do STF, para o crime de associação para a prática do tráfico de tóxicos deve ser aplicada a pena prevista no:

- a) Art. 14 da lei 6368/76;
- b) Art. 288 do Código Penal;
- c) Art. 8º da Lei 8.072/90;
- d) Art. 2º, inciso I, da Lei 8.137/90.

**Alternativa correta: C**

**47/ 100 / VII Concurso/ Dir. Penal.**

A importação irregular do armazenamento de uso privativo das Forças Armadas tipifica o crime previsto no:

- a) art. 334 do Código Penal;
- b) art. 12 da Lei 7.170/83;
- c) art. 12 da Lei 6368/76;
- d) nenhuma das alternativas é correta

**Alternativa correta: B**

**48/ 100 / VII Concurso/ Dir. Penal.**

Não é considerado crime hediondo:

- a) epidemia com resultado morte;
- b) extorsão qualificada pela morte;
- c) latrocínio (art. 157, § 3º, in fine);
- d) aborto de que resulta morte da gestante.

**Alternativa correta: D**

**49/ 100 / VII Concurso/ Dir. Penal.**

A mãe que mata o próprio filho recém-nascido, e não prova tê-lo feito sob a influência do estado puerperal, pratica o crime de:

- a) infanticídio;
- b) homicídio;
- c) aborto;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: B**

**50/ 100 / VII Concurso/ Dir. Penal.**

Subordinar a venda de bem ou a utilização de serviço à aquisição de outro bem:

- a) não constitui crime;
- b) não constitui infração administrativa;
- c) constitui apenas ilícito civil;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: D**

**51/ 100 / VII Concurso/ Dir. Civil.**

63. Segundo entendimento jurisprudencial consolidado em súmula do Superior Tribunal de Justiça, o contrato de alienação fiduciária em garantia:

- a) pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor;
- b) não pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor;
- c) só pode ter por objeto bem cuja aquisição esteja sendo financiada;
- d) só pode ter por objeto bem cuja aquisição se destine à exploração do comércio do devedor.

**Alternativa correta: A**

**52/ 100 / VII Concurso/ Dir. Civil.**

64. De acordo com o Código Civil, na dívida com garantia real, o pagamento de uma ou mais prestações:

- a) importa exoneração correspondente da garantia sempre que esta compreenda vários bens;
- b) não importa exoneração correspondente da garantia ainda que esta compreenda vários bens, sendo nula qualquer estipulação em contrário;
- c) não importa exoneração correspondente da garantia, ainda que esta compreenda vários bens, salvo disposição expressa no título, ou na quitação;
- d) não importa exoneração correspondente da garantia ainda que esta compreenda vários bens, salvo disposição expressa na quitação, vedada sob pena de nulidade qualquer estipulação no título, quando da contratação.

**Alternativa correta: C**

**53/ 100 / VII Concurso/ Dir. Civil.**

65. Com relação ao lugar de pagamento decorre do estabelecimento no Código Civil que a dívida é, em regra:

- a) quesível;
- b) portátil;
- c) portátil, salvo a existência de expressa disposição legal em contrário;
- d) quesível só se admitindo exceção através de norma legal cogente.

**Alternativa correta: A**

**54/ 100 / VII Concurso/ Dir. Civil.**

66. Com base no Código Civil, é correto afirmar, relativamente ao contrato de compra e venda, que:

- a) o preço deve ser sempre fixado em quantia certa e determinada na data do contrato, sob pena de nulidade;
- b) a taxaço do preço pode ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes;
- c) a fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro e também à taxa do mercado ou da bolsa, em certo e determinado dia e lugar;
- d) se, deixada a fixação do preço ao arbítrio de terceiro, este não aceitar a incumbência, a mesma se transferirá ao comprador.

**Alternativa correta: C**

**55/ 100 / VII Concurso/ Dir. Civil.**

65. Segundo entendimento jurisprudencial consolidado em súmula do Superior Tribunal de Justiça:

- a) não são cumuláveis as indenizações por dano material e moral oriundos do mesmo fato.
- b) é inadmissível a indenização por dano moral;
- c) só é admissível a indenização a indenização por dano moral nos casos expressa e taxativamente previstos em lei;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**Alternativa correta: D**

**56/ 100 / VII Concurso/ Dir. Comercial.**

83. Segundo a Lei n.º 6.404 de 15/12/76 é de capital autorizado a sociedade anônima:

- a) cujo funcionamento depende de autorização do governo;
- b) cujos valores mobiliários de sua emissão estão admitidos à negociação em bolsa ou no mercado de balcão;
- c) cujo acionista controlador é pessoa jurídica de direito público;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

**Alternativa correta: D**

**57/ 100 / VII Concurso/ Dir. Comercial.**

84. Relativamente à estipulação de juros compensatórios na letra de câmbio, é correto afirmar que:

- a) só é admissível na letra pagável à vista ou a um certo termo de vista;
- b) é sempre considerada não escrita, seja qual for a modalidade de vencimento do título;
- c) anula a cambial, por ser incompatível com a sua natureza;
- d) só é eficaz quando o título estiver aceito.

**Alternativa correta: A**

**58/ 100 / VII Concurso/ Dir. Comercial.**

85. O portador que não tirar o protesto da duplicata, em forma regular e dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contando da data do seu vencimento, perderá o direito de regresso contra:

- a) o sacado não aceitante;
- b) o aceitante;
- c) os endossantes e respectivos avalistas;
- d) qualquer dos avalistas.

**Alternativa correta: C**

**59/ 100 / VII Concurso/ Dir. Comercial.**

86. Segundo o Decreto-Lei n.º 7.661, de 21/06/45 (Lei de Falências), desde o momento da abertura da falência, o devedor:

- a) perde a propriedade de seus bens, que se transfere para a massa falida;
- b) continua a administrar os seus bens sob a fiscalização do síndico;
- c) perde o direito de administrar os seus bens e deles dispor;
- d) continua a administrar os seus bens, podendo deles dispor mediante prévia autorização judicial.

**Alternativa correta: C**

**60/ 100 / VII Concurso/ Dir. Comercial.**

87. Consoante a Lei de Falências, a concordata:

- a) não produz novação, mas desonera os coobrigados com o devedor, os fiadores deste e os responsáveis por via de regresso;
- b) não produz novação, não desonera os coobrigados com o devedor, nem os fiadores deste e os responsáveis por via de regresso;
- c) produz novação, mas não desonera os coobrigados com o devedor, nem os fiadores deste e os responsáveis por via de regresso;
- d) produz novações e desonera os coobrigados com o devedor, os fiadores deste e os responsáveis por via de regresso.

**Alternativa correta: B**

**61/ 100 / VII Concurso/ Dir. Previdenciário.**

88. João, aposentado rural, ficando viúvo de Maria, aposentada urbana, de quem passa a ser pensionista ainda antes do advento da legislação previdenciária moderna (Lei nº. 8213):

- a) não pode, a partir daí, continuar acumulando os dois benefícios;
- b) pode continuar acumulando os dois benefícios, exceto se maior de 65 anos de idade;
- c) pode optar por perceber os valores do benefício mais vantajoso com renúncia expressa aos do outro;
- d) pode, sem restrição alguma, continuar acumulando os dois benefícios.

**Alternativa correta: D**

**62/ 100 / VII Concurso/ Dir. Previdenciário.**

89. A doença de que o segurado facultativo já era portador ao tempo da filiação à Previdência Social:

- a) não lhe dá direito à aposentadoria por invalidez em hipótese alguma;
- b) não lhe dá direito à aposentadoria por invalidez, exceto se a incapacidade sobrevier do agravamento da doença;
- c) não lhe dá direito à aposentadoria por invalidez, exceto se, conhecendo o mal, comunicar à Previdência Social oportunamente.
- d) Nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: B**

**63/ 100 / VII Concurso/ Dir. Previdenciário.**

90. A aposentadoria por idade da segurada pode ser requerida:

- a) independente de carência, somente aos sessenta anos de idade;
- b) excepcionalmente, se do meio rural, sem carência e mediante prova de qualquer natureza do exercício da atividade agrícola, aos cinquenta e cinco anos de idade;
- c) sendo segurada urbana, aos sessenta e cinco anos de idade, independente de carência;
- d) pelo empregador, aos sessenta e cinco anos da segurada mulher, desde que cumprida a carência.

**Alternativa correta: D**

**64/ 100 / VII Concurso/ Dir. Previdenciário.**

91. O tempo de serviço em atividade cuja filiação à Previdência Social não era, então obrigatória:

- a) pode ser computado pelo segurado para todos os efeitos, em seu favor, desde que promova, de uma só vez, o recolhimento das contribuições correspondentes;
- b) pode ser computado pelo segurado, recolhidas as contribuições correspondentes, exclusivamente para aposentadoria por tempo de serviço.
- c) Não pode ser computado sem o recolhimento das contribuições, exceto se correspondente à mesma atividade que o segurado atualmente exerça por mais de dez anos de contribuições.
- d) Nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: A**

**65/ 100 / VII Concurso/ Dir. Previdenciário.**

92. Jardineiro que exerce pequenos trabalhos em domicílio, mediante paga e sem qualquer vínculo empregatício com o destinatário dos serviços, é considerado:

- a) trabalhador autônomo equiparado a empresário, segurado não obrigatório da Previdência Social.
- b) Trabalhador equiparado a autônomo, segurado não obrigatório da Previdência Social;
- c) Trabalhador avulso, segurado obrigatório da Previdência Social.
- d) Trabalhador autônomo, segurado obrigatório da Previdência Social.

**Alternativa correta: D**

**66/ 100 / VII Concurso/ Dir. Previdenciário.**

93. Verificando a fiscalização do INSS que uma revendedora de automóveis tinha a seu serviço três vendedores, que a empresa considerava autônomos comissionados e sobre cujos pagamentos não retinha as contribuições previdenciárias correspondentes, entendeu de autuá-la por falta do recolhimento das contribuições decorrentes da relação de emprego que considerou existente. Assinale a alternativa correta:

- a) não cabe à fiscalização, nem mesmo para efeito de exigência de contribuição previdenciária, assentar a existência de relação de emprego porque essa definição só pode ser expedida jurisdicionalmente pela Justiça do Trabalho.
- b) Não pode a fiscalização desconsiderar as informações prestadas pela contribuinte, exceto se comprovadamente fraudulentas ou eivadas de má-fé.
- c) Pode a fiscalização considerar, como existentes, fatos aos quais lhe cabe, no uso de suas atribuições específicas, dar definição jurídico-tributária à luz de regência.
- d) Pode a fiscalização, considerar, como existentes, fatos aos quais lhe cabe, no uso de suas atribuições específicas, dar definição jurídico-tributária à luz da lei de regência, desde que garanta à contribuinte contraditório prévio e oportunidade de defesa antes da autuação.

**Alternativa correta: C**

**67/ 100 / VII Concurso/ Dir. Previdenciário.**

94. O modo de revisão dos benefícios previdenciários previsto no artigo 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988, consagra:

- a) a garantia, na data da Constituição, de manutenção de benefícios previdenciários de prestação continuada com valor equivalente ao do número de salários mínimos na data de sua concessão;
- b) a garantia a partir da Constituição, de benefícios previdenciários de prestação continuada com valor sempre equivalente ao do número de salários mínimos;
- c) a garantia, a partir da Constituição, de manutenção de benefícios sociais de prestação continuada, com valor equivalente ao do número de salários mínimos na data de sua concessão;
- d) a garantia de benefícios previdenciários de prestação continuada, concedidos em qualquer época até a implantação dos planos de custeio e benefícios, com valor equivalente ao do número de salários mínimos;

**Alternativa correta: A**

**68/ 100 / VII Concurso/ Dir. Previdenciário.**

95. Carência é:

- a) o período mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus a determinados benefícios previdenciários de prestação continuada;

- b) o período mínimo de contribuições mensais indispensáveis para o deferimento de qualquer prestação da Seguridade Social.
- c) O período mínimo de contribuições para que o beneficiário faça jus aos benefícios de prestação continuada de auxílio doença, auxílio-acidente, aposentadorias de qualquer espécie e pensão por morte;
- d) O período mínimo de contribuições para que o segurado faça jus à condição de beneficiários da Previdência social.

**Alternativa correta: A**

**69/ 100 / VII Concurso/ Dir. Previdenciário.**

96. O segurado facultativo mantém essa condição:

- a) até doze meses após a cessação das contribuições, quando deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela previdência Social.
- b) Até doze meses após o licenciamento, quando incorporado as Força Armadas;
- c) Até seis meses após a cessação voluntária ou involuntária das contribuições;
- d) Nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: C**

**70/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

68. Considerara as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. Em nosso sistema processual civil, o princípio da adstrição do juiz ao pedido da parte não impede a aplicação do princípio “iara novit curia”.
  - II. O princípio da estabilidade objetiva da demanda, conjugado com o princípio da vinculação do juiz aos fatos da causa, não impede, em nosso sistema, que o juiz ao sentenciar, adote o princípio do livre convencimento e o princípio da persuasão racional.
  - III. Em matéria de recurso, nosso sistema consagra, entre outros, o princípio da unicidade (unirrecorribilidade) e o princípio de proibição da “reformatio in pejus”.
- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
  - b) apenas a afirmação I está inteiramente correta;
  - c) apenas as afirmações II e III estão interamente corretas;
  - d) apenas a afirmação II está inteiramente correta.

**Alternativa correta: A**

**71/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

69. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. “Substituição Processual” e “sucessão processual” constituem, em nosso sistema, expressões sinônimas.
  - II. Os conceitos de (a) “parte processual” e de (b) “parte legítima” são eferíveis de modo diferente: primeiro (a) pelo simples exame da demanda efetivamente ajuizada; e o segundo (b), pelo exame da compatibilidade entre os sujeitos indicados na demanda ajuizada e os preceitos normativos reguladores da legitimação processual.
  - III. em nosso sistema, o litisconsórcio necessário é sempre unitário; mas o unitário nem sempre é necessário.
- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
  - b) apenas a afirmação II está inteiramente correta;
  - c) apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas;
  - d) apenas a afirmação III está inteiramente correta.

**Alternativa correta: B**

**72/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

70. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. A intervenção de terceiro por oposição e por denunciação da lide acarreta o surgimento de nova ação; o mesmo não ocorre, todavia, na intervenção de terceiro por nomeação à outoria e por chamamento ao processo.
  - II. Em nosso sistema, os embargos de terceiro constituem forma de intervenção de terceiro na relação processual já estabelecida.
  - III. Em nosso sistema, a intervenção do Ministério Público como “custos legis” se dá mediante a figura da assistência simples.
- a) as três afirmações estão inteiramente corretas.
  - b) Nenhuma das afirmações está inteiramente correta;
  - c) Apenas a afirmação I está inteiramente correta;
  - d) Apenas a afirmação II está inteiramente correta.

**Alternativa correta: C**

**73/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

71. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta.

- I. A competência territorial pode ser modificada por continência ou conexão; o contrário ocorre com a competência funcional. Nos dois casos, todavia, a incompetência pode ser declarada de ofício, se for o caso.
  - II. As sentenças estrangeiras, inclusive as arbitrais, bem como os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro, dependem, para serem executados perante autoridade judiciária brasileira, de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
  - III. Embargos de terceiros ajuizados por empresa pública federal são de competência da justiça federal, mesmo quando propostos em relação a ato de apreensão de bem determinada por juiz estadual, em execução entre particulares.
- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
  - b) apenas afirmação I está inteiramente correta;
  - c) apenas a afirmação II está inteiramente correta;
  - d) apenas a afirmação III está inteiramente correta;

**Alternativa correta: D**

**74/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

72. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta;

- I. Após o trânsito em julgado da sentença, a nulidade do processo de conhecimento por falta de citação pode ser alegada em embargos à execução, desde que a sentença tenha sido proferida contra réu revel.
  - II. A citação de litisconsorte passivo necessário pode ser determinada de ofício pelo juiz.
  - III. Com a citação válida interrompe-se a prescrição e, quanto à decadência, considera-se exercido o direito
- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
  - b) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas;
  - c) apenas a afirmação II está inteiramente correta;
  - d) apenas as afirmações I e III estão inteiramente corretas.

**Alternativa correta: D**

**75/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

73. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta;

- I. A liquidação de sentença tem natureza jurídica de ação autônoma e está sujeita ao princípio da demanda (princípio da iniciativa)
- II. o ato do juiz que, em liquidação por arbitramento, fixa o valor da condenação tem natureza de sentença e, não sendo atacado por recurso de apelação, faz coisa julgada material insuscetível de ser desfeita por embargos à execução.



III. a liquidação de sentença civil condenatória pode ser promovida antes do seu trânsito em julgado, inclusive se proferida contra a Fazenda pública, que também está sujeita à execução provisória.

- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
- b) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas;
- c) apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas;
- d) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas.

**Alternativa correta: A**

**76/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

74. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. na execução de obrigação de fazer ou de não fazer, a multa diária pode ser imposta pelo juiz independentemente e requerimento da parte.
- II. Em se tratando de obrigação de fazer ou de não fazer, a imposição de multa diária é cabível não apenas na execução da sentença, como também no cumprimento da medida antecipatória.
- III. Para cumprimento de medida antecipatória relativa a obrigação de fazer ou de não fazer, é lícito ao juiz, havendo resistência, requisitar força policial e decretar a prisão civil do resistente, por prazo não superior a 90 dias.

- a) nenhuma das afirmações está inteiramente correta;
- b) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas;
- c) apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas;
- d) apenas a afirmação I está inteiramente correta.

**Alternativa correta: B**

**77/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

75. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. em nosso sistema, a antecipação da tutela, pela sua finalidade, assemelha-se ao julgamento antecipado da lide.
- II. É vedada a antecipação da tutela consistente em medidas satisfativas do direito afirmado.
- III. É incabível antecipação de tutela em ações declaratórias.

- a) nenhuma afirmação está inteiramente correta;
- b) estão inteiramente corretas apenas as afirmações II e III;
- c) estão inteiramente corretas apenas as afirmações I e II;
- d) está inteiramente correta apenas a afirmação III.

**Alternativa correta: A**

**78/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

76. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. o juiz pode conhecer de ofício, entre outras, das seguintes matérias: conexão, decadência; incapacidade da parte, incompetência funcional, litisconsórcio passivo necessário.
- II. O juiz pode, de ofício, determinar as provas necessárias à instrução do processo, mesmo que não requeridas pela parte que alegou o fato a ser provado.
- III. O juiz pode, de ofício, determinar medidas de antecipação de efeitos da tutela nos casos em que se mostrar evidente o risco de dano irreparável.

- a) as três afirmações estão inteiramente corretas;
- b) as três estão inteiramente incorretas;
- c) estão inteiramente corretas apenas as afirmações I e II;
- d) estão inteiramente corretas apenas as afirmações I e III.

**Alternativa correta: C**

**79/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

77. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. Pelo sistema consagrado no CPC, há relação de pertinência conceitual entre sentença terminativa e coisa julgada; e entre sentença definitiva e coisa julgada formal.
- II. A verdade dos fatos faz coisa julgada entre as partes, desde que estabelecida como fundamento da sentença.
- III. O trânsito em julgado da sentença que decidiu a relação jurídica continuativa impede a reapreciação da lide, mesmo sobrevivendo modificação no estado de fato ou de direito.

- a) nenhuma afirmação está inteiramente correta;
- b) as três afirmações estão inteiramente corretas;
- c) estão inteiramente corretas apenas as afirmações II e III;
- d) está inteiramente correta apenas a afirmação I.

**Alternativa correta: A**

**80/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

78. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. em nosso sistema, tendo havido citação válida, a desistência da ação de conhecimento ou de ação de execução depende de concordância do demandado.
- II. Homologada a desistência da execução, deve ser extinto, mesmo de ofício, o processo dos embargos à execução que versar exclusivamente sobre matéria processual.
- III. Extinguindo-se a ação de execução, é viável o prosseguimento, como ação autônoma, dos embargos que versem sobre questão de mérito.

- a) nenhuma afirmação está inteiramente correta;
- b) as três estão inteiramente corretas;
- c) estão inteiramente corretas apenas as afirmações II e III;
- d) estão inteiramente corretas apenas as afirmações I e II.

**Alternativa correta: C**

**81/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

79. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. são de competência da justiça estadual, por delegação, com recurso para o Tribunal Regional Federal, as causas providenciárias e de acidente de trabalho e as execuções fiscais da união, promovidas na comarca de domicílio do segurado ou executado, se ali não houver vara federal.
- II. são de competência da justiça estadual, por delegação, com recurso para o Tribunal Regional Federal, os mandados de segurança impetrados por segurado contra ato de autoridade da Previdência Social, nas comarcas que não sejam sede de vara federal e ali tenha domicílio o impetrante.
- III. A intervenção da autarquia federal em concurso de credores ou de preferência, estabelecido em ação de execução entre particulares, provoca o deslocamento da competência para a justiça federal.

**Alternativa correta: A**

**82/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

80. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. Entre ação civil pública e ação popular, há semelhança quanto ao regime de antecipação da tutela e dessemelhança quanto ao regime de legitimação ativa.
- II. Entre mandado de segurança individual e mandado de segurança coletivo, há semelhança quanto à legitimação passiva, e dessemelhança em relação ao objeto, que num caso, é a tutela de direito líquido e certo e, no outro, a tutela de interesses coletivos a categoria.

III. Entre ação civil pública para tutela de direitos difusos e ação civil coletiva para tutela de direitos individuais homogêneos, há semelhança quanto à natureza da sentença, e do regime da coisa julgada, e dessemelhança quanto à legitimação ativa e a forma de execução.

- a) nenhuma das afirmações está inteiramente correta;
- b) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas;
- c) apenas as afirmações I e III estão inteiramente corretas;
- d) apenas a afirmação I está inteiramente correta.

**Alternativa correta: D**

**83/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

81. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. A prisão de depositário infiel e do devedor de alimentos, embora decretada em ação civil tem natureza de sanção penal, podendo ser afastada inclusive por via de “habeas corpus”.
- II. Independe de reconvenção a concessão de tutela jurisdicional em favor do réu nas ações possessórias e nas ações de consignação em pagamento, quando reconhecida a insuficiência do depósito.
- III. No mandado de segurança admite-se antecipação de tutela, mas é vedado o controle difuso de constitucionalidade, salvo se expressamente requerido pela parte interessada.

- a) nenhuma das afirmações está inteiramente correta;
- b) apenas as afirmações II e III estão inteiramente corretas;
- c) apenas as afirmações I e III estão inteiramente corretas;
- d) apenas a afirmação II está inteiramente correta.

**Alternativa correta: D**

**84/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Civil.**

82. Considerar as seguintes afirmações indicando, adiante, a alternativa correta:

- I. O procedimento próprio de execução contra a Fazenda Pública previsto no CPC, diz respeito apenas à execução cujo objeto seja obrigação de pagar quantia certa.
- II. São privilégios processuais da Fazenda Pública, entre outros, os de prazo especial para contestar, para recorrer e para embargar a execução;
- III. O instituto de antecipação da tutela aplica-se à Fazenda Pública nas mesmas condições e com as mesmas restrições aplicáveis aos demais litigantes.

- a) nenhuma das afirmações está inteiramente correta;
- b) todas as afirmações estão inteiramente corretas;
- c) apenas as afirmações I e II estão inteiramente corretas;
- d) apenas a afirmação I está inteiramente correta;

**Alternativa correta: D**

**85/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

51. Assinale a opção correta:

- a) O Ministério Público pode desistir parcialmente da ação penal;
- b) O Ministério Público não pode restringir nas razões de recurso a amplitude da apelação já interposta;
- c) Os limites da apelação são fixados pela denúncia;
- d) O Ministério Público pode desistir totalmente da ação penal.

**Alternativa correta: B**

**86/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

52. A falta de assinatura do termo de apelação pelo representante do Ministério Público:

- a) torna imprestável a peça;

- b) não constitui qualquer irregularidade;
- c) não torna imprestável a peça, se do termo constarem a assinatura do juiz e do escrivão;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: C**

**87/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

53. A condenação é pena de multa:

- a) não viabiliza habeas corpus contra sua imposição;
- b) pode ser convertida em prisão se não cumprida;
- c) nunca pode ser imposta em substituição à pena privativa de liberdade;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: A**

**88/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

54. O Habeas Corpus impetrado contra ato de membro do Ministério Público Federal, que atua na 1ª instância, é julgado pelo:

- a) juiz federal;
- b) Superior Tribunal de Justiça;
- c) Supremo Tribunal Federal;
- d) Tribunal Regional Federal.

**Alternativa correta: D**

**89/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

55) Uma testemunha presta declarações falsas em processo penal por crime eleitoral. Tal testemunha será processada pelo art. 342 do Código Penal perante a:

- a) Justiça Estadual;
- b) Justiça Eleitoral;
- c) Justiça Federal;
- d) Justiça Militar.

**Alternativa correta: C**

**90/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

56. Um prefeito comete um crime de desacato contra um fiscal do ICMS em 1987 e é julgado em 1989, quando ainda exercia o cargo. Competente para julgá-lo será o:

- a) juiz federal;
- b) juiz estadual;
- c) Tribunal de Justiça do Estado;
- d) Nenhuma das alternativas é correta

**Alternativa correta: B**

**91/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

57. O Tribunal não pode, ao julgar recurso em sentido estrito da acusação, interposto contra a sentença de pronúncia:

- a) modificar a decisão;
- b) rejeitar questões preliminares;
- c) conhecer do recurso;
- d) introduzir qualificadora não pleiteada pela acusação.

**Alternativa correta: D**

**92/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

58. A empresa que visa a furtar-se de fiscalização da Polícia Federal, no que diz respeito a depósito de mercadorias descaminhadas, deve ajuizar:

- a) ação de depósito;
- b) *habeas corpus*;
- c) atentado;
- d) mandado de segurança.

**Alternativa correta: D**

**93/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

59. Será inviável a revogação da suspensão condicional do processo ( Lei nº 9.099/95, art, 89) se, no curso do prazo:

- a) o acusado vier a ser processado por contravenção;
- b) o acusado vier a ser processado por crime;
- c) o acusado descumprir qualquer condição imposta;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: D**

**94/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

60. Segundo a jurisprudência do STJ, a prisão preventiva:

- a) pode ser decretada baseada em parecer do Ministério Público, quando este estiver fundamentado;
- b) só pode ser decretada se os três pressupostos previstos no art. 312 do CPP estiverem presentes;
- c) só pode ser decretada com fundamentação exaustiva no despacho judicial, não sendo suficiente a referência a fundamentado parecer do Ministério Público.
- d) Só é cabível nos crimes afiançáveis.

**Alternativa correta: A**

**95/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

61. O particular, que é considerado participe no crime de peculato:

- a) deve ser absolvido porque o crime é personalíssimo;
- b) tem direito ao prazo de defesa prévia constante do art. 514 do CPP;
- c) pode livrar-se solto, em qualquer hipótese;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: D**

**96/ 100 / VII Concurso/ Dir. Processual Penal.**

62. O instituto processual da advocatória (art. 82 do CPP) pressupões:

- a) a ocorrência de crime de violência;
- b) a simples ocorrência de continência e sentença prolatada;
- c) competência funcional diversa;
- d) a ocorrência de conexão ou continência e a inexistência de sentença definitiva.

**Alternativa correta: D**

**97/ 100 / VII Concurso/ Dir. Internacional.**

97. Segundo o artigo 11, VII e seu parágrafo primeiro, da Lei nº. 8213 de 1991 considera-se segurado especial aquele que exerce atividade rural em regime de economia familiar, para a caracterização do que a lei exige que o trabalho da família seja indispensável para a própria subsistência e seja exercido por cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 anos, em condições de mútua dependência e colaboração. A partir dessa afirmação, assinale a alternativa correta:

- a) a lei, quando se refere à atividade em economia familiar, está se referindo exclusivamente àquela em que trabalham membros de uma mesma família, ligados por laços de sangue, formalmente ou por união estável, incluindo parentes próximos e distantes mesmo sem a participação direta do cônjuge ou companheiro chefe da família;
- b) a lei, por considerar meramente enunciativo o preceito, não exclui a comunidade laboral ocasionalmente formada apenas por irmãos, sobrinhos, primos ou parentes de qualquer tipo, organizada ao modo de economia familiar, evidenciada tão-só pela mútua dependência e colaboração.
- c) A lei pretendeu limitar rigorosamente as hipóteses de caracterização do regime de economia familiar, mediante prova da configuração do trabalho em família ao modo tradicional estrito e limitado ao grupo familiar estrito, com a obrigatória presença de pais e filhos mutualmente comprometidos na atividade rural.
- d) Nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: D**

**98/ 100 / VII Concurso/ Dir. Internacional.**

98. Segundo o artigo 12, parágrafo primeiro, da Constituição, aos portugueses com residência permanente no país, havendo reciprocidade, serão atribuídos aos mesmos direitos inerentes aos brasileiros. Ao apreciar requerimento de cidadão lusitano para igualdade de direitos e obrigações civis e gozo de direitos políticos, o Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça opinou no sentido do indeferimento em virtude de ser o requerente analfabeto. Analise a alternativa correta:

- a) o indeferimento é exato porque o Estatuto da Igualdade exige implicitamente a condição de alfabetizado para o gozo de direitos civis e políticos;
- b) o indeferimento é incorreto porque a exigência da condição de alfabetizado para exercício do direito político passivo tem fundamento na Constituição brasileira a qual se estende ao cidadão português.
- c) O indeferimento é incorreto porque aos brasileiros em qualquer caso não se veda o estender-se a equiparação ao requerente;
- d) O indeferimento é incorreto porque a Convenção Internacional que garantiu a igualdade entre portugueses e brasileiros é texto legislativo de supremacia em face da lei brasileira e não cogita da exigência de ser alfabetizado o requerente.

**Alternativa correta: C**

**99/ 100 / VII Concurso/ Dir. Internacional.**

99. Na forma do artigo 484 do Código de Processo Civil, a execução da sentença estrangeira far-se-á por carta de sentença extraída dos autos da homologação e obedecerá às regras estabelecidas, para a execução da sentença nacional de mesma natureza. Em virtude do chamado “Protocolo de Las Leñas – Cooperação Jurisdicional entre os Países do Mercosul”, porém, estabeleceu-se a possibilidade de reconhecimento da execução das sentença emanadas desses países mediante carta rogatória. Com observância da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a laternativa correta:

- a) não é possível dispensar o procedimento previsto no CPC porque a convenção internacional não revoga a legislação interna;
- b) a sentença estrangeira é homologada mediante carta rogatória e recebe o “exequatur” imediatamente porque a convenção internacional revogou integralmente o artigo 484 do CPC;
- c) a convenção internacional excepcionalmente pode revogar a lei interna mas não pode por ela ser revogada, exceto nas hipóteses autorizadas pela Constituição;
- d) nenhuma das alternativas é correta.

**Alternativa correta: D**

**100/ 100 / VII Concurso/ Dir. Internacional.**

100. Maria, nascida e domiciliada na Espanha, foi adotada por cidadão espanhol, em Madrid, quando o adotante já era domiciliado no Brasil, onde veio a falecer deixando-a como legatária, sem direito à herança pela lei espanhola, de pequena parte de seus bens, juntamente com uma Fundação que o de cujus fizera constituir e à qual constituíra como herdeira universal. Aberta a sucessão em São Paulo, Maria pleiteou o seu reconhecimento como herdeira necessária pela lei brasileira e o direito à legítima, ao fundamento de que pelo artigo 10 da lei de Introdução do Código Civil, a lei da sucessão é a lei do domicílio do defunto. Em sua opinião:

- a) a capacidade para suceder se confunde com a qualidade de herdeiro e então a interessada tem direito à legítima pela lei brasileira;
- b) a capacidade para suceder, que é definida pela lei do domicílio do herdeiro, e então a interessada não tem direito ao que postula;
- c) a capacidade para suceder e para ser herdeiro, embora regidas por leis diversas, devem ser submetidas ao mesmo regime de regência da lei brasileira, por força do princípio da lei mais favorável;
- d) nenhuma das alternativas é correta

**Alternativa correta: B**

INSTITUTO DOS JUÍZES FEDERAIS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - IJUFE  
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA FEDERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ESMAFE/SC

	A	B	C	D	E		A	B	C	D	E
1.			<u>X</u>			51.	<u>X</u>				
2.	<u>X</u>					52.			<u>X</u>		
3.				<u>X</u>		53.	<u>X</u>				
4.				<u>X</u>		54.			<u>X</u>		
5.		<u>X</u>				55.				<u>X</u>	
6.	<u>X</u>					56.				<u>X</u>	
7.				<u>X</u>		57.	<u>X</u>				
8.			<u>X</u>			58.			<u>X</u>		
9.			<u>X</u>			59.			<u>X</u>		
10.		<u>X</u>				60.		<u>X</u>			
11.				<u>X</u>		61.				<u>X</u>	
12.		<u>X</u>				62.		<u>X</u>			
13.			<u>X</u>			63.				<u>X</u>	
14.				<u>X</u>		64.	<u>X</u>				
15.	<u>X</u>					65.				<u>X</u>	
16.	<u>X</u>					66.			<u>X</u>		
17.		<u>X</u>				67.	<u>X</u>				
18.	<u>X</u>					68.	<u>X</u>				
19.	<u>X</u>					69.			<u>X</u>		
20.				<u>X</u>		70.	<u>X</u>				
21.	<u>X</u>					71.		<u>X</u>			
22.				<u>X</u>		72.			<u>X</u>		
23.			<u>X</u>			73.				<u>X</u>	
24.				<u>X</u>		74.				<u>X</u>	
25.	<u>X</u>					75.	<u>X</u>				
26.			<u>X</u>			76.		<u>X</u>			
27.				<u>X</u>		77.	<u>X</u>				
28.				<u>X</u>		78.			<u>X</u>		
29.	<u>X</u>					79.	<u>X</u>				
30.			<u>X</u>			80.			<u>X</u>		
31.				<u>X</u>		81.	<u>X</u>				
32.			<u>X</u>			82.				<u>X</u>	
33.	<u>X</u>					83.				<u>X</u>	
34.			Anulada			84.				<u>X</u>	
35.				<u>X</u>		85.		<u>X</u>			
36.			<u>X</u>			86.			<u>X</u>		
37.	<u>X</u>					87.	<u>X</u>				
38.		<u>X</u>				88.				<u>X</u>	
39.		<u>X</u>				89.			<u>X</u>		
40.		<u>X</u>				90.		<u>X</u>			
41.			<u>X</u>			91.				<u>X</u>	
42.	<u>X</u>					92.				<u>X</u>	
43.				<u>X</u>		93.				<u>X</u>	
44.				<u>X</u>		94.	<u>X</u>				
45.			<u>X</u>			95.				<u>X</u>	
46.			<u>X</u>			96.				<u>X</u>	
47.		<u>X</u>				97.				<u>X</u>	
48.				<u>X</u>		98.			<u>X</u>		
49.		<u>X</u>				99.				<u>X</u>	
50.				<u>X</u>		100.		<u>X</u>			